



| | |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Evento | Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS |
| Ano | 2015 |
| Local | Porto Alegre - RS |
| Título | A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE PÓS A VIGÊNCIA DA LEI 12.852/13 (ESTATUTO DA JUVENTUDE) |
| Autor | MÔNICA BUTZKE MARCON |
| Orientador | RODRIGO FLORES FERNANDES |
| Instituição | Faculdades Integradas São Judas Tadeu |

A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE PÓS A VIGÊNCIA DA LEI 12.852/13 (ESTATUTO DA JUVENTUDE)

Autora: Mônica Butze Marcon

Orientador: Professor Mestre Rodrigo Flores Fernandes

Instituição: Faculdades Integradas São Judas Tadeu

O tema direitos de juventude é novo na República Federativa do Brasil, uma vez que o Estatuto da Juventude foi aprovado no ano de 2013 fundamentado na Lei 12.852. Até então as Políticas Públicas voltadas aos jovens seguiam diretrizes que tinham por base o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como outras leis que confundiam a adolescência com a juventude, fases que são totalmente distintas. A aprovação do Estatuto da Juventude representa um marco nos direitos de juventude no Brasil, pois, se houver uma articulação intersetorial na gestão das políticas públicas voltadas para a juventude, poderá atender as demandas específicas dessa faixa etária, que restou esquecida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Assim o presente projeto volta-se as Políticas Públicas de juventude na República Federativa do Brasil, delimitando-se na análise das Políticas Públicas anteriores ao Estatuto da Juventude, a entrada em vigor desta lei com a análise e compreensão das suas diretrizes para as Políticas Públicas de Juventude, para assim, analisar as Políticas Públicas após a vigência do Estatuto.

Para tanto, serão analisadas as Políticas Públicas de Juventude na República Federativa do Brasil anteriores ao Estatuto da Juventude. Em um segundo momento se buscará descrever e confrontar as Políticas Públicas existentes na República Federativa do Brasil até o momento da aprovação do Estatuto de Juventude com novas diretrizes criadas por este. Por fim, serão estudadas e analisadas as Políticas Públicas de Juventude implementadas na República Federativa do Brasil após a entrada em vigor da Lei 12.852/13 (Estatuto de Juventude). No presente estudo, utiliza-se o método dedutivo, pois se parte de teorias e leis gerais para o particular, como método de procedimento histórico, uma vez que se analisa o contexto histórico e as leis existentes para a natureza e função das Política Públicas de Juventude. Em relação à técnica, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental, e, como fundamentação teórica, autores nacionais e estrangeiros que tratam direta ou indiretamente dos direitos de juventude.